

A VIDA TURBULENTA NA CAPITAL D'OESTE: RIBEIRÃO PRETO, 1880-1920

*Janes Jorge**

RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar os principais momentos da implantação da sociedade cafeeira em Ribeirão Preto e região em fins do século XIX e início do século XX, enfatizando as tensões e conflitos sociais que se originaram deste processo. Será demonstrado o emprego da violência por diferentes setores da sociedade local e sua utilização pelas camadas dominantes como instrumento privilegiado de controle social e predomínio político.

PALAVRAS-CHAVE: Ribeirão Preto, oligarquia, violência.

ABSTRACT

This paper intends to present the main development stages of the coffee society in the Ribeirão Preto region (1880–1930). It emphasizes the social conflicts as well as the violence of the dominant class and other minor groups of the local society.

KEYWORDS: Ribeirão Preto, oligarquia, violence.

* Bacharel, mestre e doutorando em história - USP (bolsista da FAPESP).

Em 1897, centenas e centenas de moradores de cidades, povoados, fazendas e sítios do sertão do Rio Pardo, comemoraram entusiasticamente um acontecimento esperado por anos, mas tido por muitos como impossível:

Teve finalmente, um trágico fim a existência deste célebre facinora, cuja série de crimes, tão comprida como a sua escura história, enchia de terror os povos do oeste de São Paulo.

A Justiça cumpriu seu dever: e a estas horas em grande número de localidades do Estado há de bem-dizer-se o resultado da importantíssima diligência da polícia, que conseguiu eliminar do convívio social dois indivíduos perigosíssimos, dois malfeitores, dois assassinos, numa palavra. (...) Acerca de um deles, Diogo da Rocha Figueira, as versões da sua vida são um romance tenebroso. (...).

Organizou-se uma marche aux flambeaux à casa do Dr. Antonio de Godoy, por haver processado os protetores de Dioguinho. Queimaram-se em 2 dias mais de duzentas caixas de fogos...¹

Lenda viva, a espalhar terror por aquelas bandas, atuando não poucas vezes em favor de fazendeiros e outros “homens bons” do lugar, Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido como Dioguinho nascera em Botucatu no ano de 1863, filho de um imigrante português. O seu primeiro assassinato se deu em Tatui, cidade próxima de Sorocaba, onde trabalhava como auxiliar de agrimensor e residia com a família. Ali, o gerente de um circo que excursionava pela região, dera um tapa no rosto de seu irmão pequeno, quando este fora devolver ingressos para um dos espetáculos circenses. Dioguinho, ao saber do ocorrido, foi tirar satisfações de rebenque na mão, rebenque cujo cabo escondia um comprido estoque, e na discussão com o homem do circo acabou por enfincar-lhe a arma na barriga.

Tanto quanto o incidente, a própria arma utilizada no crime é bastante expressiva de quais atos e valores norteavam os espíritos no mundo rural paulista da época. Utilitário e cotidiano para

¹ O Estado de São Paulo, 5 /5/1897, p. 3.

os que se utilizavam de cavalgaduras, estando portanto sempre a mão, o chicote era freqüentemente empregado em agressões, pois, além de disponível, causava doloridos ferimentos no oponente, deixando marcas duradouras. Assim, junto com a dor, o rebenque vergastava suas vítimas com a humilhação, aspecto esse reforçado devido a associações que se estabeleciam entre apanhar de chicote e ser pessoa escravizada ou mesmo animal de montaria, e quem o utilizava sabia muito bem disso, tanto que, por décadas, o seu emprego ainda conservaria esse caráter. Que existisse essa versão mortal e traiçoeira do rebenque, com um estoque mortal ocultado no cabo, revela o quanto a sociedade que o utilizava, era afeita a soluções extremadas e violentas, pois, repentinamente, o objeto banal tornava-se instrumento de agressão, humilhação e morte.

Absolvido no processo que se seguiu, pois o júri reconheceu legítima defesa, Dioguinho, ao que parece depois de mais alguns assassinatos, mudou-se para a região de Ribeirão Preto, intercalando seu trabalho de agrimensor com outras mortes e, em 1883, já era instaurado processo-crime contra ele na comarca de São Simão. Mas agora matava não só por questões de honra, mas também por encomenda daqueles que o procuravam para eliminar desafetos ou rivais, para realizar assaltos ou mesmo por exibicionismo e futilidades.

Dioguinho logo passou a liderar um bando que circulava e agia no sertão do Rio Pardo, contando com o abrigo e proteção daqueles para quem fizera favores e que sempre estariam dispostos a se utilizar de seus serviços. Chegou mesmo a possuir pequenos negócios nas cidades da região. Diziam que ele tinha o corpo fechado, rezando todas as noites pelo livro de orações "*horas marianas*" e que possuía um longo cordão no qual amarrava as orelhas cortadas de suas vítimas, utilizando-o, assim, como um rosário. A verdade é que ficou tão poderoso, que intimidava até mesmo coronéis e membros da elite da região, pois a elevada posição social não lhes garantia imunidade frente ao bandido.

A longa carreira criminosa de Dioguinho só foi interrompida em 1897, quando o governo estadual decidiu enviar da capital o

4º delegado auxiliar, Antonio de Godói Moreira e Costa, com plenos poderes para capturar o aterrorizante criminoso, presença constante nos jornais do Estado, e que alguns imaginavam capaz de prever o futuro, razão pela qual escaparia de todos os cercos policiais, quando não de se transformar em cachorro ou toco de árvore. Naquele ano, Dioguinho foi morto ao lado de seu irmão, em uma emboscada policial à beira do Mogi-Guassu, divisa de São Simão e São Carlos, onde se escondera das insistentes diligências policiais, que o haviam desentocado de vários esconderijos, pois o delegado resolvera processar e intimidar fazendeiros, comerciantes e autoridades que davam apoio ao bandido e formavam sua rede de cumplicidade e proteção. Seu corpo caiu nas caudalosas águas do Mogi e nunca foi encontrado, o que fez com que não poucas pessoas, durante anos, acreditassem que ele ainda estivesse vivo. Desde então, outros criminosos do “oeste paulista” adotaram o seu nome.² O delegado Godói marcou época, seu nome e seus feitos seriam lembrados tempos depois, pois não só eliminou Dioguinho, como também muitos outros criminosos que, nas palavras de alguns memorialistas, “*infestavam*” a região.³

O sertão do rio Pardo, extremo nordeste de São Paulo, fronteira com Minas Gerais e onde surgiu, além de outras cidades, Ribeirão Preto, permaneceu praticamente desabitado até por volta de 1810, momento em que uma corrente migratória, constituída em sua maior parte por lavradores e criadores de gado, intensificou-se e alterou essa situação. Nada comparável, porém, ao que ocorreria setenta anos mais tarde, quando, atraídas pela expansão cafeeira naquelas terras, milhares e milhares de pessoas

² NETTO, João Amoroso. *Dioguinho*. São Paulo, [s. n.], p. 13, 17-18, 100.

³ Nesse mesmo ano de 1897, Manuel Paulino, vulgo Corta-Orelhas, foi morto pela escolta liderada pelo delegado de polícia de Barretos. Seu comparsa Vicentinho e outros membros de seu bando fugiram, mas a escolta permanecia em seu encaicho. Corta-Orelhas agia em Batatais e São Sebastião do Paraíso. Depois de assassinar o fazendeiro Francisco Potenciano em São Sebastião do Paraíso, o 4º delegado de polícia da capital, Antonio de Godoy passou a persegui-lo. A viúva do fazendeiro morto, oferecia 20 contos de réis pela orelha do assassino, que desafiava todos a ganharem o prêmio. *O Estado de São Paulo*, 22/10/1897, p. 2.

para lá se dirigiram, vislumbrando oportunidades na nova sociedade que se formava, agora mais complexa e diversificada.

No final da década de 1870, cafeicultores do vale do Paraíba e da região de Campinas começaram a se estabelecer em Ribeirão Preto e adjacências, comprando terras e abrindo fazendas. Um dos primeiros a fazer isso foi Martinho Prado Júnior, figura de destaque da burguesia paulista, que, em 1877, visitou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, procurando descobrir as perspectivas que ofereciam aos negócios do café. Admirado com o que encontrara, afirmou “*Campinas, Limeira, Rio Claro, Araras, Descalvado, Casa Branca, etc., tudo é pequeno, raquítico, insignificante diante desse incomparável colosso.*”⁴ Por essa época o indígenas praticamente já tinham sido expulsos da região.

Alguns fazendeiros do sertão do rio Pardo viram com entusiasmo a chegada dos empreendedores de outras partes de São Paulo e do vale do Paraíba, auxiliando-os em sua instalação no lugar, pois percebiam que a formação de um núcleo de grandes plantadores de café seria capaz de retirar a região do seu semi-isolamento, possibilitando que eles também participassem dos lucrativos negócios que a cafeicultura prometia. Além disso, donos de extensas propriedades, auferiam lucros imediatos com a venda de parcelas de suas terras valorizadas pelo aumento da demanda, o que permitia que se capitalizassem e pudessem investir e ampliar a cultura do café em suas próprias fazendas.

Por outro lado, havia fazendeiros, sitiante e outros moradores, que viam com desagrado e ódio a invasão dos forasteiros e as mudanças no modo de vida que a cultura do café acarretava. Martinho Prado Júnior não deixou de registrar o juízo que tais homens faziam dos cafeicultores:

⁴ ZAMBONI, Ernesta. *O Processo de formação e organização da rede fundiária de Ribeirão Preto, (1874 a 1900)*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, 1978, p. 52-53; HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 27.

*A maioria da população (...) manifesta completa hostilidade à cultura do café, e consideram os plantadores que ali tem comprado terras, como uns bárbaros que levam àquelas paragens à pobreza e ruína aos seus antigos moradores (...) sentem-se constrangidos, apertados como dizem, e almejam vender suas terras afim de se refugiar para o sertão, onde possam viver com mais liberdade e onde não exista a maldita planta*⁵

Sitiantes, roceiros e outros pobres do lugar logo apelidaram o café de “fruta de jacu”, nome de um pássaro avermelhado que, no léxico caipira, era sinônimo de bobo. Seja porque não possuíam capitais para investir na formação dos cafezais, seja porque não desejavam alterar seu modo de vida, ou ainda mesmo devido ao fato de serem constrangidos a vender suas pequenas parcelas de terra a grandes fazendeiros sob ameaça de morte, muitos desses homens e mulheres deixaram a região, a qual haviam chegado algumas décadas atrás.⁶ Não seriam eles que impediriam a avassaladora onda verde dos cafezais e os ávidos homens de negócio que a impulsionavam. As matas em chamas, que precediam a instalação dos fazendeiros, passariam a constar cada vez mais freqüentemente na paisagem local.⁷

Em 1872, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a linha Jundiaí-Campinas e daí avançou seus trilhos rumo a noroeste. Nesse ano, surgiu a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com o objetivo inicial de, partindo de Campinas, chegar a Mogi-Mirim ao norte, o que foi realizado em 1875. Em 1878, os trilhos da Mogiana atingiram Casa Branca, cidade próxima ao Rio Pardo; em 1883, Ribeirão Preto e, em 1887, Franca. Transpondo o rio Grande, a Mogiana alcançou o “Triângulo Mineiro”, sendo que ao longo de seu percurso, apareceram ramais que se articula-

⁵ SANTOS, José Luiz dos. *Família e história: estudo de um caso e de uma questão*. Campinas, Dissertação (Mestrado), IFCH - Depto. de Ciências Sociais/ Unicamp, 1976, p. 17.

⁶ ZAMBONI, E., op. cit., p. 55.

⁷ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1977, p. 176.

ram com o sul de Minas Gerais a leste. As estradas de ferro seguiam os cafezais, que se alastraram no oeste paulista depois de 1867. Décadas depois, em outras regiões do Estado, as ferrovias não mais seguiram os cafezais, mas sim abriram caminho para a expansão cafeeira.⁸

Além de Martinho Prado, o médico e positivista Luís Pereira Barreto foi um dos maiores entusiastas do sertão do Rio Pardo. Em 1876, ele, que clinicava na cidade fluminense de Resende, juntou-se a seu irmão Rodrigo Barreto, que naquele ano abandonara suas propriedades no vale do Paraíba para plantar café nas imediações de Cravinhos. Constatando a fecundidade daquelas terras, imediatamente Pereira Barreto escreveu alguns artigos para *A Província de São Paulo*, ressaltando as suas potencialidades.⁹

A ação propagandística de Pereira Barreto continuou nos anos seguintes e o seu efeito persuasivo foi particularmente eficaz em sua região de origem, como nos conta Renato Jardim, morador de Resende que no fim do século passado migrou para “São Simão”:

Grande (...) era o prestígio do culto e bondoso cidadão junto a sua originária 'grei'. Quando pela imprensa (...) dava ele conta das suas impressões sobre as 'terras roxas' que visitara, sobre a rara fertilidade delas, sobretudo para a cultura do café, ali então apenas embrionária, foi o começo do êxodo por parte dos cafeicultores daquele recanto a sudeste da Mantiqueira (...) Despovoavam-se Resende, Barra Mansa, Queluz, São José do Barreiro, Silveira, Bananal e terras adjacentes. Resende sobretudo.

(...)

Emigrar para a afortunada região paulista foi delírio coletivo. Não só emigrava o lavrador, e, sim toda gente: artifices de todo gênero, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, negociantes, industriais, médicos, farmacêuticos, agrimensores e quantos buscavam campo re-

⁸ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1974, p. 58-59, 64-76; HOLLOWAY, T., op cit., p. 21-22.

⁹ CIONE, Rubem. *Revivescências na história de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Summa Legis, 1994, p. 182-183.

munerador para sua atividade. A gente humilde que estarrecida, assistia ao subitâneo esvaziamento da velha terra (levas e levas que sem cessar partiam e das quais não teriam mais notícias) essa fraca gente inventou, não sem espírito, um neologismo: por sinônimo de morrer, transportar-se para o túmulo 'ir para S. Simão sem chapéu'

Esse S. Simão, porém, era uma vasta região, eram em especial, além do município desse nome, Cravinhos, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Batatais, Caconde, Santa Rita, Franca e cercanias.¹⁰

Nessa época, 1885-1900, Ribeirão Preto, e o oeste paulista em geral, conheceram “a grande febre de plantações de café”, na definição de Pierre Denis, geógrafo francês que viajava por São Paulo, em 1909, alguns anos depois de encerrado esse que foi o grande *boom* da cafeicultura, com altos lucros e índices de expansão que nunca mais seriam alcançados. Segundo Denis *a plantação de café preocupou exclusivamente todos os espíritos. Interessou a agricultura e a colonização, pobre e ricos, cidadãos e camponeses. Como sempre sucede em tais circunstâncias, um movimento universal de especulação sobre as terras ativou o movimento colonizador (...) e a colonização concentrada, metódica, deu-se a descobrir terras convenientes ao cafezeiro. Sendo a terra violeta a melhor terra para o café, houve verdadeiramente uma caça aos filões de diabase (...) O centro de gravidade do estado deslocou-se. A nova cidade de Ribeirão Preto tornou-se a rival de Campinas.*¹¹

Na passagem do século, Ribeirão Preto era o principal produtor de café entre os municípios de São Paulo, ao passo que a zona servida pela estrada de ferro Mogiana, em conjunto, passava a liderar a produção cafeeira do Estado, em comparação com as demais zonas. Em 1905, 34% do café paulista era produzido

¹⁰ JARDIM, Renato. *Reminiscências (de Resende Estado do Rio, às plagas paulistas: São Simão, Batatais, Altinópolis e Ribeirão Preto)*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1946, p 145-147.

¹¹ DENIS, Pierre. *O Brasil no século XX*. Lisboa: José Bastos e Cia. Editores, [s.d.], p. 230-232.

na Mogiana, percentual que saltou para 44% em 1920. Nesse período, São Paulo dominava entre 50% e 75% do mercado mundial do café.

Os mesmos negócios do café que fizeram com que Ribeirão Preto, em fins do século XIX, despontasse como um dos mais importantes municípios paulistas, garantiram que essa importância se consolidasse nas décadas seguintes, para orgulho da oligarquia local que, em 1922, através de uma publicação por ela patrocinada declarava:

Atualmente a cidade de Ribeirão Preto não oferece as características de uma cidade rural, não obstante ser circundada por extensas lavouras e municípios agrícolas. Já tem ares de grande cidade e por isso não é sem razão denominada a 'Capital do Oeste'.

De direito e de fato ela o é da vasta zona territorial que se estende desde Casa Branca até as fronteiras mineiras de Uberaba e S. Sebastião do Paraíso, num longo perímetro de muitos quilômetros quadrados, sendo o centro de atração para os grandes negócios comerciais e as transações bancárias.¹²

Realmente, o desenvolvimento de Ribeirão Preto era notável. O outro lado dessa história, contudo, não era reportado em documentos oficiais ou propagandísticos. Pelas ruas de Ribeirão Preto, pelos caminhos que interligavam a Capital D' oeste às fazendas que a circundavam e às paragens mais distantes, vagava toda uma população pauperizada, muitas vezes turbulenta, excluída da prosperidade cafeeira, a lembrar que esta, embora existindo, não era para todos. Nas praças da cidade, em seus casebres abandonados, pernoitava numeroso grupo de pessoas que durante o dia tirava sustento da mendicância, de pequenos biscates que conseguia aqui e ali, e da baixa prostituição. Em situação ainda mais dramática, estavam os hansenianos, completamente abandonados e estigmatizados, muitos vivendo em tendas nas

¹² GUIÃO, João Rodrigues (org.). *O município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º. centenário da independência nacional: 1822-1922*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1923, p. 17.

entradas da cidade pela qual peregrinavam diariamente em busca de esmolas.¹³

Se uma parcela dessas pessoas se fixava na cidade ou nos seus arredores, outra, de perfil social idêntico, vivia em constante itinerância, não desejando ou podendo se fixar em nenhum lugar. Ora empregavam-se como jornaleiros ou capangas em fazendas, ora praticavam furtos e roubos, e, onde passavam, engrossando o contingente dos despossuídos, eram vistos com temor e desconfiança pelos demais habitantes. Quando reiteradamente se envolviam em situações conflituosas na cidade, geralmente acabavam presas e expulsas da região pela polícia, que as embarcava em algum trem rumo a outra zona do Estado, não sem antes serem espancadas.

Veza ou outra, nos bares e casas de jogos, fregueses embriagados evocavam rixas antigas ou transformavam discussões acaloradas em ofensas pessoais e daí em brigas, que tanto podiam terminar depois de alguns safanões, como tornarem-se sangrentas, os oponentes se utilizando de facas, navalhas e garruchas, que muitos dos moradores da cidade portavam usualmente, ou, na falta dessas, de paus e ferramentas. Afinal, como recordaria Renato Jardim, *“um dos aspectos impressionáveis ao tempo, porém corriqueiro - era a ‘valentia’.* Para esse característico aspecto concorriam todos: estes, pelo ânimo tímido, dando pasto com ele a valentoneria dominante; aqueles, por sugestão do ambiente, e por defesa, aprendendo a ser intrépidos.”

Entreveros ocorriam nas grandes fazendas de café, geralmente aos domingos, dia em que os numerosos colonos reunidos divertiam-se no seu dia de folga:

¹³ É bem verdade que a sociedade local procurava organizar redes de caridade, e, em 1910, aparecia a Sociedade Amigo dos Pobres, que criou um albergue noturno para recolher pequeno número dessas levas de deserdados. Os primeiros albergados foram Luís Bazzo, italiano, lavrador de 50 anos, analfabeto, procedente de S. Carlos; o “pardo” (sic) João Rodrigues, brasileiro, solteiro, 52 anos, alfabetizado, procedente de Ribeirão Preto e o italiano Carlos Barone, viúvo, alfabetizado, 46 anos, operário da fazenda São Martinho. PRATES, Prisco da Cruz. *Ribeirão Preto de outrora: livro comemorativo do centenário da cidade*. Ribeirão Preto: [s.n.], 1956, p. 231-232.

Era comum em tais fazendas o armazém, grande e bem sortido para suprimento da colônia. Aos domingos, que bela e ruidosa festança! Preparavam-na, garrafas e barrís a esvaziarem-se. As vezes ponteeavam o dominguerio ruído uns tiros de garrucha. Conflitos corriqueiros de pouca monta se neles não intervinha 'um dos tais'. Estes existiam, sim, na região. Favoreciam-nos a situação geográfica; a circunstância da proximidade da fronteira entre dois estados - mais fácil tornava-lhes fugir a ação policial do tempo. Se perseguidos de um lado, acoitavam-se em outro. Esses tais eram perigosos, experimentados no crime, e tinham às vezes, protetores de graduada posição social.¹⁴

Mas não era apenas aos domingos que as empresas agrícolas conheciam episódios turbulentos, e estes eram, em grande parte, resultado inevitável da tensa atmosfera que ali predominava.

Desiludidos com a vida nas fazendas, seja porque era por demais severa e diversa daquela prometida pela companhia de imigração ou pelos fazendeiros, seja porque eram originários de cidades e não se adaptavam ao extenuante trabalho no campo, muitos dos imigrantes que vieram atrás da "árvore do dinheiro" - como chamavam os cafeeiros os imigrantes de origem japonesa - fugiam, sozinhos ou em grupos, das empresas com as quais originariamente haviam firmado contrato na hospedaria dos imigrantes. Ainda mais, porque, geralmente, eles tinham o incentivo de amigos e antigos companheiros que encontraram melhores condições de trabalho, ou apenas expectativas de um futuro melhor, em outras fazendas ou em cidades, bem como a solidariedade daqueles que ficavam.

Para evitar que essas rescisões contratuais ocorressem em uma frequência e intensidade que ameaçasse a organização da produção agrícola, os fazendeiros possuíam um sistema de vigilância noturno que, se não podia impedir de todo, dificultava qualquer tentativa de fuga. Armados de carabinas, os capangas rondavam as colônias ao anoitecer, período mais comum das fugas,

¹⁴ JARDIM, R., op. cit., p. 150, 158.

avisando, sem palavras, do risco que corriam aqueles que tentavam tal façanha. Note-se que nas fazendas, era o administrador que exercia o poder de polícia, “*tendo por agentes, por solícitos guardas, os fiscais agrícolas e, quase sempre, para caso mais difíceis, uns homens de confiança, empregados, para o comum, em dados serviços*”.¹⁵ Não parece provável que tais homens se preocupassem em evitar excessos.

Preso por acusação de furtar café do terreiro da fazenda de Manoel Nogueira Arantes, na qual trabalhava como carroceiro, José Lino de Souza ficou detido vários dias na cadeia pública de Cravinhos. Sem que nada ficasse provado foi solto e encaminhado para o cartório de Ribeirão Preto. Ali, o dono do cartório, Aristides Barreto, e o advogado Arthur Rocha o aconselharam a se retirar da comarca pois, senão, ainda “*acabavam mandando matá-lo.*” É bem verdade que ele não mudou de comarca, mas apenas de fazenda, indo trabalhar como carroceiro na Monte Alegre, pertencente a Francisco Schimidt. Não é de todo improvável que empregando-se na propriedade de um dos mais poderosos homens do município, José Lino buscasse também algum tipo de proteção.¹⁶

Ainda arrogava-se o proprietário senhor absoluto nas fazendas, estabelecendo, uma rígida hierarquia entre ele, o administrador, os fiscais e os colonos, procurando assim manter toda uma aura de poder e distanciamento frente àqueles que considerava inferiores.¹⁷ Para muitos imigrantes eles não passavam de escravos assalariados, e, de fato, os seus patrões, presos a um pensamento ambíguo, ainda os viam assim, mesmo que os julgassem mais produtivos que os trabalhadores nacionais. Em 1902, um imigrante queixava-se a um inspetor do governo italiano de que frente aos protestos dos colonos para que, entre outras reivindica-

¹⁵ HANDA, Tomoo. *O Imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz. Editor, LTDA., Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987, p. 43-45, 142-143; JARDIM, R., op. cit., p. 158.

¹⁶ Crime do Espriado (Prontuário) 1996, Arquivo Histórico Policial, v. VI, p. 53-60. Esta documentação encontra-se na Biblioteca Virgílio do Nascimento, da Academia da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

¹⁷ MONBEIG, P., op. cit., p. 178-179; HANDA, T., op. cit., p. 121.

ções, não permanecessem na lavoura em períodos de chuva com fortes trovoadas, o empregador brasileiro respondera: *Cale a boca. Vocês, italianos, são escravos, e nós, nativos, somos os senhores.*¹⁸

Não agia muito diferente do feitor, o capataz ou fiscal que observava o ritmo de trabalho dos empregados, procurando intimidar os trabalhadores ao galopar entre os cafezais de botinas, revólver na cintura e nas mãos um chicote ou um podão, bastão esse semelhante a uma bengala e em cuja ponta havia uma lâmina em forma de foice, exibindo, assim, ostensivamente, seu poderio.¹⁹

Embora a fuga e a rotatividade nas fazendas fossem os principais instrumentos de resistência dos trabalhadores agrícolas, ocorriam também levantes, motins e eventualmente greves nas empresas rurais, como a ocorrida, em 1905, na fazenda de Antonio da Silva Vasconcellos.²⁰ Quando deflagrados, imediatamente eram requisitadas pelos empresários as forças policiais das cidades mais próximas, bem como capangas de fazendas vizinhas.

A maior greve de trabalhadores agrícolas na região de Ribeirão Preto ocorreu em fins de abril de 1913, período em que se iniciava a colheita de café. Exigindo uma revisão contratual que aumentasse os seus vencimentos, já que os salários não acompanhavam a alta do custo de vida, os trabalhadores da fazenda Dumont, propriedade de capitalistas ingleses, e de outras plantações, deuseram suas enxadas e recusaram-se a trabalhar. Rapidamente

¹⁸ Holloway apresenta em seu trabalho os estímulos positivos empregados pelos fazendeiros para que o sistema do colonato fosse minimamente atrativo aos imigrantes, o que não foi enfocado pois é um aspecto que escapa aos objetivos deste artigo. HOLLOWAY, T., op. cit., p. 161.

¹⁹ HANDA, T., op. cit., p. 43-45, 142-143.

²⁰ Nesse ano, a publicação italiana *Le Condizioni dell'Imigrazione Agricola* denunciava que "um dos mais importantes e influentes fazendeiros de Ribeirão Preto, no mês de fevereiro p.p., violando o pacto estabelecido anteriormente reduziu o pagamento dos colonos em 10 mil réis por cada milheiro de cafeeiro cultivado e de 100 mil réis por cada alqueire colhido. O exemplo foi seguido por grande parte dos fazendeiros da região." SANTOS, J. L., op. cit., p. 34. O vice-cônsul italiano calculava em 80 mil o número de italianos vivendo na região, os quais eram atendidos pelo vice-consulado que tinha sua sede em Ribeirão Preto.

o movimento se alastrou, contando com a adesão de milhares de colonos, demonstrando o quanto a insatisfação era geral.

O confronto entre patrões e empregados se estendeu por duas semanas, pois os fazendeiros, reunidos na opulenta residência de Francisco Schmidt, decidiram agir conjuntamente, não aceitando qualquer acordo com os colonos, e exigindo o cumprimento do contrato. A palavra “*grevista*” foi grafada em tinta vermelha nas cadernetas dos trabalhadores para impedir que conseguissem se empregar em outras regiões do Estado, e novos colonos foram requisitados na hospedaria dos imigrantes e onde quer que fosse possível encontrá-los. Policiais protegiam os fura-greves e o delegado de Ribeirão Preto ameaçava com expulsão os que participavam do movimento paredista. A Sociedade Paulista de Agricultura, reunida na cidade de São Paulo, expressou “*solidariedade unânime*” com a postura intransigente dos fazendeiros de Ribeirão Preto, pois sabia que, pela importância da região nos negócios do café, uma vitória dos colonos teria um caráter emblemático e repercutiria em todas as plantações do Estado. O cônsul-geral italiano, Pietro Baroli, que se dirigiu à cidade tentando negociar um acordo, ao mesmo tempo que, com sua presença, constrangia a brutalidade dos capangas e da polícia, foi duramente criticado pela imprensa local e estadual. Frente a essa desigual correlação de forças o movimento grevista foi derrotado. Centenas de famílias de imigrantes foram repatriadas às custas do consulado.²¹

Em 1919, era o escasso proletariado urbano de Ribeirão Preto que entrava em greve demandando, entre outras reivindicações, aumento de salários, pagamentos de horas extras e jornada de trabalho de oito horas. Com exceção da última reivindicação, todas as outras foram prontamente negadas pelos empresários, e a

²¹ A presença dos representantes oficiais e de jornalistas das nações de origem dos imigrantes eram um dos poucos obstáculos à prepotência dos fazendeiros e de seus administradores, pois governos nacionais podiam impedir a emigração para o Brasil caso considerassem o país extremamente cruel para com os imigrantes, o que seria uma catástrofe para a economia cafeeira que necessitava cada vez mais de braços para a lavoura. HOLLOWAY, T. op. cit., p. 163-164.

polícia chamada para manter a lei, a ordem e os interesse patronais. Na década de 1910 havia na cidade o “*Centro Operário*” (organizado por um padre), “*A Sociedade Operária Italiana*” e, em 1920, surgiu a “*União Geral dos trabalhadores*.”²²

Outros conflitos no município, como foi visto, tinham origens bem menos dignificantes do que a luta de trabalhadores por melhores condições de vida. Desde 1915, os soldados de Minas Gerais que, rumo às localidades do Triângulo Mineiro, pernoitavam em Ribeirão Preto, eram obrigados a deixar suas armas no quartel da cidade, em uma medida preventiva tomada pelo delegado Joaquim Mamede da Silva. Naquele ano, numa tarde de domingo, um grupo de soldados tentou assistir a uma matinê no Teatro Politeama sem pagar ingressos, o que não lhes foi permitido. Em represália, os soldados voltaram às pensões onde estavam hospedados, apanharam seus armamentos e começaram a dar tiros em plena rua da estação, a General Osório. A polícia local e populares intervieram e começou um longo tiroteio entre os dois grupos, que terminou com alguns feridos e a rendição dos mineiros. Os policiais de Ribeirão Preto não eram menos desordeiros e intempestivos que os seus vizinhos.²³

Desavenças, disputas de toda a natureza entre moradores ou familiares, dia após dia, eram retomadas na forma de provocações, bravatas e maledicências, ao mesmo tempo, estimulando e aplacando desejos de vingança. Em agosto de 1921, o médico recém-chegado a Ribeirão Preto, Carlos Sampaio Filho e Eduardo Lopes Lisboa, delegado de saúde do distrito há 25 anos, protagonizaram uma “*cena de pugilato em uma das farmácias mais frequentadas da cidade*.” A animosidade entre ambos nascia do fato de que o primeiro, pretendendo trabalhar como parteiro, exigia que o segundo reprimisse com mais eficácia o trabalho de três parteiras que, embora sem formação médica, eram muito bem

²² WALKER, Thomas W. *From coronelismo to populism: the evolution of politics in a brazilian municipality Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960*. Athens: Ohio University, 1975, p. 92.

²³ PRATES, P. C., op. cit., p. 21, 37.

vistas na sociedade local, fazendo-lhe assim uma concorrência espúria de acordo com os avanços do saber médico universitário que coibia tais práticas populares e, principalmente, de seus interesses pecuniários, pois eram delas muitos fregueses, alguns até abastados, que podiam ser seus. O médico tinha importante aliado em sua pugna, seu tio, Arruda Sampaio, diretor do serviço sanitário, ou seja, chefe do delegado de saúde Eduardo Lopes Lisboa. Este, temeroso de uma possível demissão, pedia a lideranças municipais aliadas do presidente do Estado, Washington Luis, que o alertassem contra qualquer intriga de seus inimigos e temia algum tipo de violência por parte do Dr. Arruda.²⁴

Tinha razões bem fundadas para tanto, pois o que impediria que a sua desavença terminasse como a existente entre o Capitão da Guarda Nacional, José Osório Junqueira e o seu concunhado, o empreiteiro de obras, Euridiano Mattioli? Os dois, antes como “pai e filho”, tornaram-se, devido a uma briga de família, inimigos rancorosos, a trocar ameaças. No dia 21 de fevereiro de 1916, na casa “Parque Braga”, localizada na rua Saldanha Marinho, José Osório conversava com amigos ao redor de uma mesa, quando Euridiano ali adentrou acompanhado de duas pessoas. O encontro dos concunhados resultou em dois tiros no rosto de Euridiano disparados por José Osório, que acabou preso por tentativa de homicídio. Seu advogado J. A. Meira Júnior sustentaria nos tribunais que seu cliente cometeu os disparos “*num ímpeto de ira, agindo pelo instinto de conservação.*”²⁵

Era esse o argumento padrão dos advogados de defesa e muito eficiente segundo um cronista do jornal *A Cidade*, que, em 8 de abril de 1909, afirmava que:

²⁴ Carta de Macedo para Washington Luis de 10 de agosto de 1921. Esta carta encontra-se no acervo do Arquivo Washington Luis, um dos arquivos pessoais depositados no Arquivo do Estado de São Paulo, de agora em diante, indicado nas citações seguintes pela sigla AWL.

²⁵ Autos de Summário Crime Seção Arquivo Geral do Fórum de Ribeirão Preto, Corregedoria Permanente, Caixa 108, Maço 208, p. 2 e ss.

os delinquentes” ao transporem as “portas das cadeias”, “contam certo, com exatidão matemática que as dirimentes da legítima defesa ou da privação dos sentidos imperam nos tribunais, são ali rainhas absolutas, e hão de ser as portas abertas de par em par, escancaradas, por onde sairão triunfantes, de cervis erguido, a receber as aclamações ruidosas e os apertados abraços de seus dignos amigos e queridos concidadãos.

E o cronista continuava:

Numa assustadora e que parece interminável sequência, os crimes chamados passionais se reproduzem e o que é de notar - com quase o mesmo cortejo de antecedentes e as mesmas circunstâncias determinantes. (...) Em Tambaú são assassinados dois fazendeiros, pai e filho; no mesmo dia em Uberaba mais um esposo ultrajado mata a tiros de revólver o salteador de seus brios e em Sertãozinho, por questões em que o dinheiro tomou parte e que bem podiam ter sido resolvidas de maneira menos violenta, nada lastimável e, de certo, de resultado prático suasório e honroso para as partes em desavença (...) o sr. Tristão de Lima mata o sr. Americo Bastos com dois tiros certeiros (...) Concorram às levas, aos centenares, em pletora mesmo as circunstâncias atenuantes todas que o Cod. Penal encerra, e outras que se inventarem, a favor do assassino; creia-se mesmo, como eu também creio, que outro não podia ser o procedimento do homicida, em risco de perigo eminente mas, pelo amor de Deus não seja dito por ninguém que a vítima foi um mau homem. Ela possuía as qualidades todas dos bons cidadãos, foi honesto, trabalhador, enérgico, viveu mais de vinte anos ali, tinha amigos e dedicações, tinha filhos e (...) Façam justiça a ambos, vítima e réu. À primeira, o respeito caridoso devido aos mortos e ao segundo, que vai ser absolvido por unanimidade de votos, porque assim deve ser, faça-se a necessária e rigorosa justiça: apure-se bem o fato, presidam a formação de culpa e ao julgamento autoridades de cuja isenção de ânimo não se possa duvidar. Convém aos amigos íntimos em tal emergência se substituam(...) e isso para completa justificativa do resultado, alias previsto, e a bem do respeito a todos que inspira ou deve inspirar a aplicação da justiça.²⁶

²⁶ A Cidade, 08.04.1909, p. 01. Tristão Tavares de Lima Junior era prefeito de

Eram situações semelhantes a essa que levavam o deputado estadual Marrey Júnior, em 1921, a declarar no plenário da Câmara que: *“Em certos lugares do interior não há respeito, por menor que seja, à vida humana. São absolvidos sistematicamente os assassinos, do mesmo modo que sistematicamente, são condenados os infratores das disposições do código que pune o crime contra a propriedade.”*²⁷

Mas, muitas vezes não havia réu, julgamento ou absolvição, apenas a vítima. Os assassinos de João Moura, proprietário do jornal *O Ribeirão Preto*, por ele fundado em 1904, nunca foram presos ou identificados. O semanário paulistano *Arara* noticiou o caso em 27 de maio de 1905:

O assassinio do jornalista João Moura, em Ribeirão Preto, não emocionou, lá para que digamos, a opinião pública nem as autoridades da Capital do Estado.

Passou quase despercebido esse ato que, pelas circunstâncias de requintada selvageria de que se revestiu, não tem uma única atenuante em favor dos mandatários, se é que um mandatário pode achar uma desculpa de sua covardia.

Analisando os feitos desses régulos caricatos, que são as autoridades policiais do interior do Estado, o infeliz jornalista lavrou sua sentença de morte. Ele fora avisado do risco que corria, exacerbando o temperamento bilioso dos tiranetes, almas bondosas tinham-no prevenido de que não era prudente a crítica, pela ineficácia de corrigir-se o criticado. Demais, o jornalista devia saber quais os processos em uso por esse sertão a dentro; quando se trata de criminosos, que andam a monte, há sempre uma bala pronta para os liquidar, numa espera traiçoeira, numa tocaia providencial.

Para os outros criminosos, para aqueles que encorrem nas iras dos potentados, há o linchamento. Umás vezes, vão arranca-los as cadei-

Sertãozinho e Américo Bastos empreiteiro, que *“julgando-se prejudicado no contrato para abastecimento de d'agua que fizera com a câmara de Sertãozinho, exigia com insistência, com ameaças e insultos, que o prefeito o indenizasse do suposto prejuízo”*: *A Cidade*, 03.04.1909, p. 01.

²⁷ TELAROLLI, Rodolfo. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, Tese (Doutorado), FFLCH-USP, Depto. de História, 1981, p. 322.

as pela calada da noite; outras vezes, agarram-nos em pleno dia, regam-nos de querosene e assam-nos na praça pública. Aqui e acolá, porque a variedade o exige, contentam-se em mandar esperar a vítima à esquina de uma rua por quatro valentes caceteiros que o reduzem a uma massa informe. E tal foi o processo por que se desfizeram, em Ribeirão Preto do jornalista João Moura.²⁸

E o que dizer de um certo colono, cujo trágico fim ficou registrado unicamente em uma carta anônima endereçada à polícia de São Paulo, embora sua história fosse contada de boca em boca.

Nessa carta, relatava-se que, em 1916, Alexandre Silva, administrador da fazenda Pau-Alto e seu irmão, que trabalhava como fiscal, ao fazerem uma ronda pela propriedade, depararam-se com um colono ao lado de uma fogueira, que ele próprio acendera no carreador para se esquentar, pois era uma manhã fria e úmida. Surpreendido pelos dois, ele explicou que o café molhado não permitia o trabalho, desculpa não aceita pelo administrador que passou a ofendê-lo. Seguiu-se uma discussão e o administrador mandou então que o seu irmão surrasse o trabalhador. Espancado violentamente, foi ele socorrido pelos próprios agressores e levado para a sua casa, para a qual foi enviado um médico que clinicava em Cravinhos. O colono e sua família foram instruídos a dizer que os ferimentos encontrados pelo médico eram provenientes de uma queda do terreiro, sendo chamados quatros homens que nada tinham visto para testemunharem o falso ocorrido. Mas, apesar da assistência, o enfermo não resistiu aos ferimentos e faleceu, sendo que a única testemunha do que se passou teria sido Givazio Vazarini, colono que trabalhava agora em Santa Adélia.²⁹

Mas é preciso lembrar que os conflitos e a violência não chegaram com o café na região de Ribeirão Preto. É emblemático que, em 1866, quando se iniciava a construção da primitiva matriz e o então povoado começava a ganhar forma através da abertura

²⁸ Arara, 23.05.1905, p. 1; O Comércio de São Paulo, 23.05.1905, p. 2.

²⁹ Crime do Espreado (Prontuário) 1996, Arquivo Histórico Policial, v. VI, p. 163. Cabe notar que a punição recebida pelo colono é bastante semelhante à impingida aos escravos que eram acusados de “mangar no serviço”.

das primeiras ruas, Manuel Fernandes do Nascimento, fabricante responsável por essa tarefa, fosse morto por Manuel Felix de Campos, que agira a mando de Manuel Soares de Castilho e sua mulher, Antônia do Nazaré, prósperos negociantes da nascente vila. Estes se desentenderam com Fernandes por ele pretender abrir uma rua que atravessaria o quintal da propriedade onde residia o casal. Enquanto o assassino foi condenado a prisão perpétua, os mandantes, embora inicialmente presos, nem sequer foram a julgamento, sendo rapidamente libertados.³⁰

Contudo, a expansão cafeeira, nas condições em que se deu, reatualizou e potencializou esse agir violento ancestral, pois “*naquelas terras novas, de febril atividades, e de gente provida de todos os quadrantes*”, onde o uso de armas era uma “*segunda natureza*”, tudo parecia conspirar para que assim fosse, pois eram nulas as forças sociais capazes de impor normas de convívio e organização social que desestimulassem o emprego da violência, possibilitando uma ocupação menos traumática de toda aquela região – e as camadas dominantes não renunciaram ao uso tirânico da força para manterem o seu domínio.

Em Ribeirão Preto, com a autonomia política, os fazendeiros mais abastados assumiram o controle do poder municipal desde que foram eleitos os primeiros vereadores para a Câmara, em 1874. A disputa pelo controle político do nascente povoado conheceu episódios violentos como o ocorrido nas eleições provinciais de três de outubro de 1876, quando uma das urnas foi roubada e uma pessoa morta. Comunicando através de uma carta o resultado de suas investigações ao presidente da Província, Gaspar Ribeiro de Almeida Barros, delegado de Ribeirão Preto, indicava como mandante do crime:

Bernardo Alves Pereira, vereador da Câmara sujeito mais rico do lugar e que anda cercado de capangas (...) de muita influência entre certa gente do lugar que sujeitam-se a seu mando para qualquer

³⁰ EMBOABA, Osmani. História da fundação de Ribeirão Preto. *Revista de História*, São Paulo, nº 21 e 22, jan/jun, 1955, p. 417-418.

coisa que ele lhes ordene é conhecido como mandante de outros assassinatos. É como aqui lhe chamam manda-chuva; é o chefe do Partido Liberal dessas terras.

Apesar das conclusões do delegado, nada aconteceu contra Alves Pereira. Em 1883, o delegado de polícia de Ribeirão Preto, Miguel Soares Leite, nomeado pelo governo liberal, foi assassinado.³¹ Essas “influências” locais do Segundo Reinado já possuíam alguns dos elementos que caracterizariam os futuros coronéis da República Velha, pois reuniam em sua pessoa o poder coercitivo, o econômico e o político-eleitoral, adequando as práticas tradicionais do mandonismo local brasileiro às necessidades do Estado Nacional em formação.³²

Na medida que Ribeirão Preto tornava-se mais rico e povoado, aumentavam os postulantes a posições de liderança na política local, que, invariavelmente, atraía as atenções dos recém-chegados ao município, desde que estes possuíssem cacife para se embrenhar nessa atividade perigosa, mas indispensável para garantir prestígio pessoal e oportunidades no mundo dos negócios.³³

Na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, famílias que estavam na região do rio Pardo anteriormente ao surto cafeeiro, como os Junqueiras, os Arantes ou os Reis, dividiam espaço com recém-chegados, como a família Barreto. Não que houvesse uma oposição fundamental entre esses diferentes membros da oligarquia local que, possuindo os mesmos interesses de classe, podiam estabelecer alianças de acordo com as conveniências do momento. Mas não existiam garantias de que o prestígio do passado re-

³¹ SANTOS, J. L., op. cit., p. 26-27, 44.

³² DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 36; JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 23-24.

³³ Poucos anos após chegar a Ribeirão Preto, por volta de 1870, o Cel. João Franco de Moraes Otávio, que natural de Minas Gerais, passara pelo Rio de Janeiro e Atibaia, antes de iniciar sua fortuna plantando café em Descalvado, na década de 1860, já buscava projetar sua influência na localidade, ocupando espaço na Câmara Municipal. JORGE, Janes. *O Crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo*. São Paulo, Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, Depto de História, 1998, p. 41.

cente fosse suficiente para manter a posição social alcançada, tanto que a família Reis viu seu poder diluir-se durante a expansão cafeeira em Ribeirão, muito embora ele nunca tenha sido tão grande quanto o dos Junqueiras.

A instabilidade político-institucional nos primeiros anos da República e a febril expansão dos cafezais, exigindo e estimulando de seus proprietários o engajamento em todo o tipo de luta, acirrou nos municípios do interior paulista o embate entre as diferentes facções oligárquicas que disputavam o mando político. O PRP não estava consolidado no poder, o que impedia a plena vigência do “*compromisso coronelista*”, que seria um dos pilares de sustentação do partido no Estado.³⁴

Em dezembro de 1891, um bando armado dissolveu a Câmara Municipal de Ribeirão Preto e assumiu o poder, isso logo após a deposição de Deodoro da Fonseca da Presidência da República e de Américo Brasiliense, seu aliado em São Paulo, do governo estadual, cargo que ocupava em oposição a importantes lideranças do PRP. A situação política de Ribeirão Preto, ao que parece, era simpática a Brasiliense, e quando ele caiu, seus adversários viram a chance de chegar ao poder, como de fato conseguiram. A nova Câmara, eleita em 1892, trouxe os nomes de Arthur Aguiar

³⁴ “O PRP era uma estrutura de dominação oligárquica poderosa, que deteve o controle da política estadual de 1891 a 1930, combinando vários mecanismos de coerção e controle que atingiam toda sociedade, aos quais somavam-se os de cooptação que dirigia aos segmentos da classe dominante que lhe pudessem fazer oposição. Nos municípios do interior a base de poder do PRP eram os coronéis, que podiam mobilizar homens armados em defesa do governo em caso de necessidade e que, através do “voto de cabresto”, da violência, de fraudes e de favores asseguravam a vitória dos candidatos indicados pelo Partido. Em troca, os coronéis recebiam apoio do PRP, que, senhor do governo estadual, dispunha do tesouro, dos títulos de propriedade da terra, dos serviços, dos cargos públicos e da força policial para auxiliar os seus aliados a manterem-se no poder em seus municípios. Apesar de ininterrupto o poder do PRP sempre foi contestado. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1948, p. 30; SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga, 1891-1930*. São Paulo, Tese (Doutorado), FFLCH-USP, 1981, p. 105, 110; LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 160-162, 195; CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 55 et seq.

Diederichsen e Francisco Schmidt, ambos tornando-se importantes coronéis do município. O predomínio da facção de Schmidt se estendeu por toda a década de 90, e ele foi o chefe do partido governista da cidade entre os anos de 1899-1901.

Com oito anos de idade Francisco Schmidt chegou ao Brasil, junto de seus pais, para trabalhar em uma fazenda de café em São Carlos do Pinhal, isso em 1858. Depois de vinte anos como colono, havia acumulado cabedais capazes de lhe permitir abrir um armazém de secos e molhados em Descalvado, onde tornou-se um dos principais negociantes, atuando ali por dez anos, quando então vendeu seu estabelecimento comercial e aplicou suas economias na compra de sua primeira fazenda, em Santa Rita do Passa Quatro, em 1889. No mesmo ano, tornou-se cidadão brasileiro, aproveitando a grande naturalização promovida pelo governo provisório da República. Em 1890, após ter negociado sua primeira fazenda, comprou uma outra em Ribeirão Preto, a Fazenda Monte Alegre, em uma rápida sociedade com o amigo Arthur Aguiar Diederichsen e contando com o financiamento da Theodor Wille, que, desde então, até a sua morte, em 1924, financiaria todas as suas transações comerciais - com uma breve interrupção entre 1914-1918 devido à primeira guerra mundial. Em 1899, eram doze as fazendas de café de Francisco Schmidt em Ribeirão Preto, com milhares de empregados e 3.413.910 cafeeiros. Até o ano de 1920 seu patrimônio não deixaria de se expandir.³⁵

Rei do Café, o Cel. Francisco Schmidt seria a mais importante figura política de Ribeirão Preto não fosse o Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Nascido em Ribeirão Preto no ano de 1860, Joaquim da Cunha era neto de Luis Antonio de Sousa Diniz e Ana Claudina Junqueira, que no início do século XIX tomaram posse de 70.000 alqueires de terra no sertão do rio Pardo, formando a fazenda Lageado. Esta, em 1871, foi desmembrada por um dos filhos do casal, o Cel. Gabriel Junqueira, que após a morte

³⁵ MORAES, Maria Luiza P. M. *A Companhia Agrícola Francisco Schmidt: origem, formação e desintegração (1890-1924)*. São Paulo: dissertação (mestrado), FFLCH-USP, Depto. de História, 1980, p. 65-67.

de seu pai tornara-se o chefe da família, composta ao todo por oito irmãos, seus cônjuges e filhos. A parentela Diniz Junqueira, extensa, coesa e contando com vastos recursos fundiários, conseguiu se adaptar com sucesso à nova realidade sócio-econômica imposta pela expansão cafeeira, e procurou também alcançar a liderança política de Ribeirão Preto.³⁶

Irmãos e sobrinhos de Gabriel Junqueira ocuparam a Câmara Municipal de Ribeirão Preto durante todo o seu período monárquico. Porém, na eleição da primeira legislatura republicana, em 1890, nenhum Diniz Junqueira conseguiu se eleger. O mesmo ocorreu em 1892, quando foram eleitos os substitutos dos vereadores depostos pela revolta de 1891, pois, em 29 de setembro daquele ano, Joaquim da Cunha teve sua eleição para vereador anulada, período que, como foi visto, assinala a ascensão política de Francisco Schmidt nos desestabilizadores anos do *boom* cafeeiro. No final do século, contudo, Joaquim da Cunha já liderava a oposição à facção de Schmidt e, em 1901, o grupo que chefieira, alcançava o poder em Ribeirão Preto, ele tornando-se presidente do Diretório Municipal do PRP. Por essa época Joaquim da Cunha passou também a liderar a parentela Diniz Junqueira. Até a sua morte, em 1932, Quinzinho, como era conhecido, foi o chefe inconteste da política de Ribeirão Preto e do influente 10º Distrito Eleitoral.³⁷

Francisco Schmidt, porém, manteria-se nas décadas seguintes como adversário de Joaquim da Cunha, e os agrupamentos políticos que lideravam, expressavam suas opiniões em dois jornais da cidade, respectivamente *O Diário da Manhã* e *A Cidade*.

Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o Chefão, como também era chamado, se afastou do PRP em 1909, pois, acompanhando Francisco Glicério e Herculano de Freitas, prestou seu apoio à

³⁶ BROTERO, Frederico de Barros. *Memória e tradições da família Junqueira*. São Paulo: [s.n.], 1957, p. 249; BRIOSCHI, Lucila R. et al. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais. Séculos XVII e XVIII*. São Paulo: CERU, 1991, p. 233-235.

³⁷ JARDIM, R., op. cit., p. 200; MORAES, M. L. P. M., op. cit., p. 101.

candidatura do general Hermes da Fonseca ao governo federal, e não à de Rui Barbosa, única opção eleitoral do governo paulista depois de malogradas negociações. Mesmo confundindo-se com o governo estadual, foi com dificuldades que o PRP se reorganizou em Ribeirão Preto, conseguindo ajuntar um grupo de correligionários ao redor de Francisco Schimidt. Apesar disso, em 22 de janeiro de 1910, dirigentes do partido eram informados por correligionários que, no município, os civilistas teriam “*não muito mais de 200 votos*”, enquanto os hermistas alcançariam entre 600 e 700.³⁸

Entendem-se assim os receios de Renato Jardim durante a campanha presidencial. Ele temia que distúrbios que ocorreram na cidade quando uma manifestação de rua a favor da candidatura de Rui Barbosa, da qual era partidário, se repetissem e com mais violência, e, por isso, em uma carta ao seu amigo e então secretário da Justiça e Segurança Pública, Washington Luís, pedia que ele fizesse “*algo que nos garanta tanto mais que nem podemos estar a armar paisanos para enfrentar os capangas hermistas*”, apesar do delegado de polícia da cidade lhe assegurar que impediria desordens - delegado que era nomeado pelo governo estadual e, portanto, afinado com sua política.

Solidamente instalado na região e contando com o apoio do presidente da República, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira pôde desafiar o PRP, que fragilizado nacionalmente, não foi capaz de uma atitude mais firme contra seu antigo representante local. Durante o período que vai de 1909 a 1912, a disputa política em Ribeirão Preto acirrou-se, com as tensões e violências iniciadas durante a campanha civilista se estendendo por todo esse período, manifestando-se não apenas em momentos eleitorais, mas cotidianamente:

Alias tudo então era tomado ‘à má conta’, a hostilidade a provocação. Funcionava a esse tempo um bem frequentado cinema, sistema ainda insonero, ajustado à sua afinada orquestra. O Albino (...) era o delegado de polícia. Achou de bom, como ainda se faz em toda

³⁸ Carta de Macedo para Washington Luis de 22 de janeiro de 1919 (AWL).

parte, ali colocar um policial mantenedor da ordem. Motivou o caso grande desordem. Entendeu o dono da casa – um adversário político – que era aquilo um acinte. Esbravejou e botou para fora, com farda, refle e tudo, o agente policial. Acode Albino, recoloca o homem e céus! rebenta um barulhão. Interrompem-se a exibição, buscam a saída, em tumulto, os assistentes; gritos, vociferações, entre estas o estrídulo e consagrado ‘não pode!’. Estava preso por desacato o dono do cinema, pessoa de considerada família local, e o Albino mais o guarda, o iam conduzindo.

O ruído despertou a cidade. De toda a casa, de cada esquina, gente que acudia a correr e a gritar. Uns contra, na tentativa de arrancar o preso; outros, para defender a pessoa e a autoridade do delegado. Em tumulto foi aquele povaréu até a frente da prisão. Aguardava-se o iminente ataque a esta. Horas após, pessoas de ânimo calmo e amistoso intervieram. Estava salvo prestígio da autoridade. Foi solto o homem, alias um bom cidadão.”³⁹

Em 1923, Joaquim Macedo Bittencourt, professor do Ginásio do Estado, prefeito de Ribeirão entre 1911 e 1920 e aliado político de Joaquim da Cunha, lembrava que “a grande maioria dos lentes” daquela escola:

nomeada por indicações de Schimidt, era composta de adversários políticos meus, que me moviam sempre uma surda e mesquinha guerra, talvez por estar eu então, na Prefeitura, cargo de confiança do meu partido; não lhe é estranho também a atitude que esses lentes, explorando a má vontade do Altino e a reconhecida estupidez do Amadeu Mendes, então diretor, tomaram contra mim (...) fazendo as mais torpes e nojentas intrigas, que me obrigaram a passar um ano de licença.

Nestas condições, tendo o seu mandato de dirigir essa canalhada eu medi bem a situação e vi que devia, por toda forma, evitar qualquer incidente que viesse lhe causar aborrecimento(...)

Para isso foi preciso aparentar que me esqueci do passado e tratar essa gente como colegas e amigos. Tenho tirado bom resultado dessa conduta porque tudo tem corrido bem e espero que hei de

³⁹ JARDIM, R., op. cit., p. 206-207.

*deixar o cargo sem que o Ginásio de Ribeirão preto leve qualquer contrariedade a seu governo.*⁴⁰

A disputa pelo mando da política municipal, provocando o acirramento das hostilidades e da truculência, era característica no período em estudo, em todas as cidades do interior paulista nas quais existisse equilíbrio de força entre os opositores e governistas. De modo geral, o governo do Estado apoiava a corrente local que conseguisse predominar, evitando assim envolver-se diretamente em conflitos desnecessários, mesmo porque não existiam divergências de natureza político-ideológica ou de classe entre essas diferentes facções municipais que almejavam o mando e os favores oficiais. Daí sempre as eleições municipais serem mais disputadas e violentas que os pleitos estaduais e nacionais, pois decidia-se, então, quem faria parte da estrutura de poder perrepista.

Como se viu, a situação em Ribeirão Preto era um pouco diversa, pois ali o governo estadual foi preterido pelo agrupamento político local mais poderoso. Porém, quando ficou claro que as forças políticas que apoiavam Hermes da Fonseca não conseguiriam manter a hegemonia federal e que a dissidência paulista jamais alcançaria o governo estadual, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira decidiu retornar ao antigo partido, apoiando, em 1912, o candidato oficial à presidência do Estado, Rodrigues Alves.⁴¹

Em 1915, Quinzinho e Francisco Schmidt se reconciliaram publicamente prometendo uma atuação conjunta para o engrandecimento do município e apoiaram Francisco Glicério para o Sena-

⁴⁰ Carta de Macedo para Washington Luis de 11 de março de 1923 (AWL). Joaquim Macedo Bittencourt chegara à cidade por volta de 1905, onde pretendia exercer sua profissão de médico. Assim como outros elementos citadinos que enveredavam na política, tais como profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes, aliou-se a uma parentela coronelística e, devido às suas habilidades, conseguiu uma posição relativamente importante na vida local, embora dependente do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e de seu compadre Washington Luis. Mais tarde, por indicação do último, seu filho foi nomeado promotor público na comarca, seguindo nas décadas seguintes carreira na política local, sendo que Bittencourt foi nomeado ministro do Tribunal de Contas de São Paulo.

⁴¹ CASALECHI, José Énio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 141.

do. Contudo, em 1918, novamente divergiam, com Schimidt apoiando Valois de Castro, candidato do diretório central do PRP e Quinzinho sustentando a candidatura local de Luis Pereira Barreto, que obteria ainda o apoio da dissidência paulista.⁴² Embora Valois ganhasse a eleição no âmbito estadual, perdeu-a localmente (20 votos contra 795).

O episódio em questão assinalou o início de progressiva perda de prestígio político por parte de Francisco Schimidt, com muitos de seus antigos aliados passando para o lado de seu adversário. Sendo que já em 1917, em virtude da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, ele fora constrangido a renunciar ao cargo de vereador e à presidência da Câmara Municipal devido às suas origens germânicas.

Em 1919, Schimidt, juntamente de seu filho Guilherme, organizou um novo partido em Ribeirão Preto, que, com o consentimento de Quinzinho, elegeu dois entre os dez vereadores da cidade. Mas, em 1920, cometeu um erro fatal pois apoiou a Álvaro de Carvalho que tentava ser indicado pelo PRP ao governo estadual, em detrimento de Washington Luis, ao qual se alinhara Joaquim da Cunha. Nesse ano, os eleitores das propriedades da Cia. Agrícola Francisco Schimidt foram desclassificados judicialmente alegando-se irregularidades, e o rei do café, desolado, retirou-se para a capital do Estado.⁴³ Daí em diante, Ribeirão Preto não conheceria grandes confrontos políticos. Houve uma certa acomodação das forças locais pois ficara evidente que nenhum agrupamento conseguiria sobrepor-se ao de Joaquim da Cunha.

⁴² Ao iniciar-se a década de 1880, a família fluminense Pereira Barreto, que, como foi visto, chegou à região em 1876, desempenhava um papel destacado na vida local, o que, devido à importância de Ribeirão Preto em São Paulo, proporcionou que Luis Pereira Barreto figurasse nos altos escalões da política paulista, alcançando, inclusive, a comissão diretora do PRP, por um breve período, em 1891, da qual foi expurgado no mesmo ano, no contexto de reorganização partidária que se seguiu à deposição de Américo Brasiliense.

⁴³ SANTOS, J. L., op. cit., p. 38. Em 1924, com sua morte seu império econômico dissolveu-se, pois a Theodor Wille exigiu dos herdeiros da Companhia Agrícola Francisco Schimidt uma imediata quitação das dívidas que a empresa possuía junto a si. MORAES, Maria Luiza P. M., op. cit., p. 114 et seq.

É claro que ele sempre teria adversários, e eles, seu espaço de atuação no município. Mas, indiscutivelmente, houve um amalgamento dos principais membros da elite de Ribeirão Preto ao redor de Joaquim da Cunha, e a oligarquia local tornou-se uma das mais inexpugnáveis de São Paulo.

Como se tentou demonstrar, as condições sob as quais se deu a formação histórica de Ribeirão Preto eram em tudo propícias a que se estabelecesse uma realidade social turbulenta e na qual a violência emergia como um dos elementos decisivos na organização da vida social. A implantação repentina da grande propriedade cafeeira e as implicações sócio-econômicas daí decorrentes, em pouco mais de uma década, alteraram radicalmente o panorama da região. Esta sociedade nova que se formou, composta de recém-chegados de todas as partes e de variado espectro social, e que ensaiavam uma difícil convivência, quando não, devido ao próprio estranhamento que tinham uns em relação aos outros, ao mesmo tempo que adotou novos comportamentos e atitudes, não deixou de atualizar modos de agir tradicionais, reproduzindo o caráter opressivo que marcava a sociedade brasileira até então.⁴⁴

Assim, embora os conflitos raciais, étnicos e culturais que grassavam entre a heterogênea população local, as noções de honra e valentia que então vigoravam, o gosto mesmo que muitos demonstravam pelos atos de violência, ou a percepção de que eles eram os únicos capazes de responder com eficácia às necessidades e circunstâncias do momento, e daí o seu emprego rotineiro em situações conflituosas, é preciso ressaltar que a violência foi, principalmente, valioso instrumento à disposição das elites dominantes para manter o predomínio da burguesia rural sobre as heterogêneas populações do campo, que foram subjugadas e intimidadas.⁴⁵

⁴⁴ DEAN, W., op. cit., p. 36; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 19.

⁴⁵ JORGE, J., op. cit., p. 145-147.